



Jonas Pereira/Agência Senado

Senador Requião (C) coordena o debate com o ex-professor da UnB Dércio Munhoz e o professor da UFRJ João Sicsú

Austeridade não supera crise, dizem analistas

Em debate da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sexta-feira, economistas cobraram medidas diretas do

governo para estimular a atividade econômica. Para eles, os investimentos do Estado são essenciais contra a crise. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Márcio Mota, Acir Gurgacz, Sérgio Lopes e Richard Torsiano falam sobre o Programa Terra Legal em debate na Comissão de Agricultura

Obstáculos à regularização de terras na Amazônia **4**

CPI: em Alagoas, atendimento a mulheres está sucateado

Diligência no estado com segunda maior incidência de agressão a mulheres constata falta de infraestrutura e de pessoal. **3**

Presidente do Banco Central fala amanhã no Congresso **2**



Márcio Kolumbe/Agência Senado

Com a doação de cobertores, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto (D), lançou na sexta-feira a Campanha do Agasalho 2012. A ação inaugura o Programa Senado Solidário, que apoiará iniciativas antes realizadas por servidores. Doris se comprometeu a acompanhar e estimular as doações. Vinte instituições serão beneficiadas. A meta é superar a arrecadação de 2011, quando foram doados 1.968 itens. As caixas para doação ficarão em 20 pontos no Senado e na SQS 309, onde há imóveis funcionais. Também participaram do lançamento a diretora-geral-adjunta, Rosa Vasconcelos (E), o diretor da Subsecretaria Industrial Gráfica, José Farias Maranhão, e a diretora-adjunta do Interlegis, Mariângela Cascão.

Após vetos, lei florestal retorna à discussão

Comissão mista faz amanhã primeira reunião para avaliar medida provisória com alternativas aos artigos do código eliminados pela presidente Dilma

A MP 571/12 introduz mais de 30 mudanças para suprir lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma Rousseff ao texto modificado pela Câmara dos Deputados após aprovação no Senado.

Outro colegiado, também formado por

senadores e deputados, vai examinar a MP 568/12, que aumenta salários de 937 mil servidores do governo federal a partir de julho. Acusada de gerar redução salarial para algumas categorias, essa MP motivou uma onda de greve de servidores pelo país. **4**

Delta nacional pede ao STF para barrar quebra de sigilos **3**

Para Simon, Estado permitiu crescimento de Cachoeira **3**

Jornal do Senado



Compartilhar cidadania nunca esteve tão fácil

Para professores de economia Dércio Munhoz e João Sicsú, ouvidos pela Representação Brasileira no Parlasul, governo deve rever forma de combater crise, mas sem a austeridade adotada na Europa



Presidente da Representação Brasileira no Mercosul, Requião (C) coordena debate entre Dércio Munhoz e João Sicsú

Medidas anticrise devem ser diretas, aponta debate

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Representação Brasileira no Parlasul, sexta-feira, os professores de economia Dércio Munhoz e João Sicsú cobraram medidas mais diretas do governo para estimular a economia e enfrentar a crise.

Para eles, a atual crise europeia encontra o Brasil num cenário diferente do verificado em 2008, o que obriga o governo a rever suas medidas de combate à recessão. Eles salientaram, porém, que pacotes de austeridade como os adotados na Europa “não levaram a lugar algum” e os investimentos estatais são essenciais para garantir a recuperação econômica.

Além de responderem às perguntas de Roberto Requião

(PMDB-PR), presidente da comissão, e Ana Amélia (PPRS), os debatedores também receberam perguntas de telespectadores da TV Senado e internautas.

Dércio Munhoz lembrou que o Mercosul sofreu por muito tempo com a “ilusão” de seguir o exemplo da Europa, mas não consegue garantir competitividade aos parceiros menores.

Para ele, em 2003 a China transformou a economia mundial, elevando a demanda e trazendo à América do Sul um “período áureo”, mas o Brasil cresceu menos que os vizinhos. Agora, a demanda da China não é mais a mesma.

— O Brasil chega numa situação de volta aos anos 90: câmbio valorizado e renda das

famílias archoada — afirmou.

João Sicsú lembrou que na crise de 2008 os empresários “puxaram o freio”, mas o governo adotou medidas capazes de atenuar a recessão. Na crise de 2011, no entanto, o crescimento estava em baixa.

Para ele, a redução dos juros não será suficiente para reerguer a economia e a ação do governo precisa ser incisiva.

— Essa situação de desânimo vai impor ao governo o desafio de elaborar políticas com efeitos mais diretos. Não podemos criticar a política europeia e fazer algo semelhante — disse.

Sicsú propõe, por exemplo, a redução do comprometimento da receita dos estados com pagamento de dívidas à União.

Cristovam pede mudança mais profunda na economia



Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu uma discussão profunda sobre os rumos da economia do país e criticou o atual modelo baseado em pacotes de medidas econômicas.

Segundo ele, iniciativas para estimular a economia, como o Plano Brasil Maior e a redução de juros, são insuficientes para garantir o desenvolvimento do país. Esses pacotes, disse, são feitos para “resolver probleminhas que estão aparecendo naquele instante”, mas sempre criam problemas maiores.

— Precisamos mudar os pilares da nossa economia, e não ficar apenas a cada três ou quatro meses fazendo diferentes pacotes para tudo continuar no mesmo.

PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL FALARÁ AMANHÃ NA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Em meio à repercussão de mais um corte na taxa Selic e de novos desdobramentos da crise econômica na Europa, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participará amanhã de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e de outras comissões do Senado e da Câmara. O objetivo é avaliar o cumprimento das metas da política cambial.

Correção

Na matéria “Senadores pedem que governo diminua os juros para a agricultura”, publicada ontem pelo **Jornal do Senado**, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) fez uma referência à agricultura comercial, e não ao Plano Safra da Agricultura Familiar, como foi publicado. Os juros da agricultura familiar são bem menores do que os 6,75% citados na matéria.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO: Sessões solenes**
10h Sessão do Congresso em comemoração ao centenário de Janary Gentil Nunes, primeiro governador do Amapá; às 12h, sessão do Congresso para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Às 14h, a sessão é não deliberativa.
- PRESIDÊNCIA: Dia do Meio Ambiente**
10h José Sarney preside a sessão de homenagem ao centenário de Janary Nunes; e, às 12h, conduz a sessão que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente.
- PRÓ-EQUIDADE: Ciclo de palestras**
14h30 Câmara promove seu primeiro Ciclo de Palestras Pró-Equidade, para incentivar a disseminação de conceitos e práticas referentes à diversidade no serviço público. No Plenário 1 do Anexo 2.
- LIVRO: Confiança no Amapá**
18h30 Lançamento do livro *Confiança no Amapá*, de Janary Nunes, na Biblioteca Luiz Viana Filho.
- CAE: Agências reguladoras**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto sobre financiamento da carteira de habilitação para os de baixa renda. Às 11h, debate a governança das agências reguladoras de infraestrutura.
- CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos**
10h15 Reunião da comissão parlamentar de inquérito para depoimentos de pessoas ligadas ao governador de Goiás, Marconi Perillo: a ex-chefe de gabinete Eliane Pinheiro e os empresários Walter Santiago, Sejana Martins e Ecio Ribeiro.
- CE: Enem obrigatório**
11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para tornar obrigatória a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para os alunos que terminaram o ensino médio.
- CCJ: Sabatina de juíza**
14h30 A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatina Assuete Dumont Reis Magalhães, indicada para o Superior Tribunal de Justiça.
- CMMC: Segurança alimentar**
15h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas debate segurança alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento sustentável e ações de adaptação ao semiárido nordestino.
- CAE/CMA/CMO: Alexandre Tombini**
15h As comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente e Mista de Orçamento, com mais três comissões da Câmara, ouvem o presidente do BC, Alexandre Tombini, sobre metas da economia.
- CRE/CMA: Em discussão!**
17h30 A Comissão de Relações Exteriores e de Meio Ambiente debatem os desafios do desenvolvimento sustentável, com a ministra Izabella Teixeira. Antes, será lançada a 11ª edição da revista *Em Discussão!*, sobre a conferência Rio+20.
- MEIO AMBIENTE: Exposições**
17h30 Abertura da mostra fotográfica *O Azul do Verde-Amarelo* e da exposição *Rios Voadores*, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Visitação até o dia 15, no Espaço Ivandro Cunha Lima.
- CCT: Emissoras de rádio e TV**
9h A Comissão de Ciência e Tecnologia vota projeto sobre elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos e examina autorização de funcionamento para emissoras de rádio e TV.
- CAS: Catador de caranguejo**
9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa a concessão de seguro-desemprego ao catador de caranguejo e a instalação e manutenção de cercas eletrificadas.
- CCJ: Coligações eleitorais**
10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina coligações eleitorais apenas para eleições majoritárias e analisa indicação de Hugo Scheuermann e Alexandre Belmonte para o TST.
- AVIAÇÃO CIVIL: Formação profissional**
14h A Subcomissão sobre a Aviação Civil, ligada à Comissão de Infraestrutura, debate a formação de recursos humanos. A audiência integra ciclo de palestras.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Delta tenta reverter decisão de quebra de sigilo nacional

A Delta Construções entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, sexta-feira, contra a decisão da CPI do Cachoeira de quebrar nacionalmente os sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa. Os advogados sustentam que as diretorias regionais da empresa têm autonomia para movimentar apenas contas correntes em agências na região de competência. Por isso, não haveria motivo para abrir a privacidade das demais regionais.

“Deve-se atentar que os próprios requerimentos de quebra de sigilo informam que o objeto da apuração são as relações de Carlos Cachoeira com o ex-diretor da região Centro-Oeste, não existindo nenhum registro de indícios de ilicitudes praticadas por representantes da Delta em âmbito nacional”, diz o mandado de segurança, que tem pedido de liminar para suspensão da ordem de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico por falta de fundamento na decisão da CPI.



Senador afirma que desistência da compra da Delta após anúncio de quebra de sigilo lança mais dúvidas sobre a empresa

Simon: Cachoeira cresceu com convívio do Estado

Para Pedro Simon (PMDB-RS), as ações criminosas de Carlinhos Cachoeira não teriam prosperado se tivessem sido punidos os responsáveis pelo esquema de propina revelado em 2004, por meio de conversa gravada entre o contraventor e Waldomiro Diniz, então assessor da Casa Civil.

O senador questionou o fato de o aparato de fiscalização da Receita Federal não conseguir identificar negociações ilícitas envolvendo grandes empresas, como a Delta e outras que estão sendo investigadas na CPI.

Sobre a desistência de compra da Delta pela J&F Holding, grupo que controla o frigorífico JBS e havia assumido a administração da

construtora em maio, Simon disse que o recuo depois de anunciada a quebra de sigilo da construtora lança mais dúvidas sobre a empresa.

— O presidente do BNDES deveria ter alertado sobre o negócio suspeito, já que o banco estatal é sócio da JBS, que anunciou a compra da Delta por R\$ 1 — afirmou.

Simon ainda questionou as motivações para o encontro entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, em abril. Segundo a imprensa, o ex-presidente teria levado a Mendes argumentos sobre a inconveniência de o Supremo votar neste momento o caso do mensalão.

Senador critica as alterações da Câmara a seu projeto

Na aprovação do projeto de lei contra o crime de lavagem de dinheiro, durante audiência de quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu seu substitutivo, que não chegou a ser votado.

O senador gaúcho é autor do projeto original, aprovado antes no Senado, mas modificado na Câmara dos Deputados. No substitutivo que apresentou dia 30, Simon pretendia restituir o perfil inicial do projeto e alertou para “o retrocesso na proposta aprovada na Câmara”.

— As alterações deixaram o

projeto fragorosamente inferior ao aprovado no Senado e enfraquece o combate à lavagem de dinheiro — advertiu.

Na opinião de Simon, o relatório aprovado na CCJ tem apenas a ressalva de quatro modificações no texto da Câmara, que o faziam aproximar-se do texto original do Senado. Ele disse não compreender a posição do relator.

— A melhor opção para o Brasil e para o combate aos malfeitos e à corrupção na administração pública seria a aprovação integral do substitutivo aprovado anteriormente no Senado.

Parlamentares constataram em diligências e debate em Maceió total falta de infraestrutura para atendimento de mulheres agredidas no segundo estado com maior incidência do crime no país

CPI da Mulher encontra sucateamento em Alagoas

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra as mulheres constatou, em diligências e audiência pública quinta e sexta-feira passadas, a total falta de estrutura física, material e de pessoal para um atendimento adequado às mulheres em situação de violência em Alagoas.

O estado é o segundo em assassinatos de mulheres, atrás apenas do Espírito Santo. O índice de homicídios é de 8,3 para 100 mil mulheres, quase o dobro da média nacional, de 4,4, de acordo com o Mapa da Violência 2012, do Ministério da Justiça.

Dados do movimento de mulheres alagoano apontam para mais de 637 casos de violência contra mulheres só neste ano.

— O que vimos aqui é o sucateamento de equipamentos públicos e da inexpressiva rede de atendimento às mulheres — afirmou a relatora da CPI mista, senadora Ana Rita (PT-ES).

Apesar disso, Alagoas conta apenas com três delegacias especializadas, um juizado da violência doméstica e familiar, um centro de referência, uma casa-abrigo e um hospital.

Em diligências, a CPI encontrou fechada a delegacia especializada do centro de Maceió em plena tarde de quinta-feira, quando a irmã de uma vítima de violência implorava por atendimento. Tudo o que conseguiu foi ser encaminhada para uma delegacia comum, o que contraria a Lei Maria da Penha.

O juiz titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar,

Paulo Zacarias da Silva, disse que a estrutura é mínima.

Na Câmara Municipal de Maceió, a CPI se reuniu com o movimento de mulheres e ouviu familiares de vítimas que relataram que, na maioria dos casos, os culpados não são punidos. Claudiane Pimentel, por exemplo, teve a irmã assassinada em 2011 pelo marido, que está preso mas ainda não foi julgado.

— A demora no julgamento e a falta de estrutura aumenta o sentimento de impunidade e leva muitas mulheres a não denunciar — disse Ana Rita.

Ela relatou que, em reunião com o governador Teotônio Vilela Filho, obteve o compromisso de que a Delegacia da Mulher não vai mais dividir plantões e que funcionará durante todos os dias da semana.



CPI que apura o cumprimento da Lei Maria da Penha promove audiência pública em Maceió: faltam estrutura e pessoal

Humberto Costa cita avanços no controle da hipertensão



O controle da hipertensão arterial tem avançado graças aos programas preventivos e às facilidades de

acesso ao tratamento, destacou Humberto Costa (PT-PE). Segundo o Ministério da Saúde, 6,9 milhões de hipertensos tiveram acesso a medicamentos gratuitos até abril, durante o primeiro ano do Programa Saúde Não Tem Preço.

— A hipertensão às vezes é uma doença silenciosa, mas com consequências graves que afetam a qualidade de vida e podem ser letais — disse.

O senador registrou ainda a instalação, na sexta-feira, da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, em Pernambuco.

Gurgacz quer que tablets tenham isenção tributária



Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu o projeto (PLS 114/10) que equipara os tablets e dispositivos digi-

tais de armazenamento aos livros, que têm imunidade tributária.

— Com a tecnologia, é um contrassenso considerarmos livro só o material impresso. Também são livros, hoje, os arquivos digitais nos mais diversos formatos que podem ser lidos ou ouvidos [no caso de deficientes visuais]. Também devem ser considerados equivalentes a livros os equipamentos que permitem a execução de tais arquivos.

Para ele, devem gozar da imunidade fiscal para importação, assim como os livros.

Ana Amélia: proposta aumentará oferta de bolsas de estudo



O governo vai permitir que as universidades privadas paguem dívidas tributárias em troca

da concessão de bolsas de estudo gratuitas, nos moldes do Programa Universidade para Todos (Prouni), afirmou Ana Amélia (PP-RS).

Segundo a senadora, o anúncio foi feito pela ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, em reunião com parlamentares e reitores de universidades particulares. A proposta foi incluída em forma de emenda na MP 559/12 (que autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A.), com votação prevista para esta semana na Câmara.

Código Florestal volta ao Congresso amanhã

Comissão mista analisa medida provisória que preenche lacunas deixadas pelos vetos de Dilma ao texto da Câmara. Em outro colegiado, aumento salarial para servidores também será analisado

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS polêmicas serão analisadas em comissões mistas do Congresso nesta semana: a do Código Florestal e a que aumenta salários de 937 mil servidores do governo federal. Nos dois casos, a primeira reunião acontece amanhã.

A MP do Código Florestal (571/12) introduz mais de 30 mudanças no novo Código Florestal (Lei 12.651/12), para suprir lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma Rousseff ao texto modificado pela Câmara depois de aprovação no Senado. Luiz Henrique (PMDB-SC), que será o relator da comissão, disse que os vetos de Dilma restabelecem a produção sustentável e favorecem praticamente 95% dos agricultores.

Dilma vetou, por exemplo, o

artigo que tratava de recomposição de áreas de preservação permanente (APPs) ocupadas até 2008 com cultivos ou criações. De acordo com a MP, propriedades com até um módulo fiscal deverão recompor uma faixa de 5 metros de mata, independentemente do tamanho do rio. Em imóveis com área de um a dois módulos, será obrigatória a recomposição de faixa de mata de 8 metros de largura, e em imóveis de dois a quatro módulos, serão 15 metros de mata, para rios de qualquer tamanho. A MP do Código Florestal passa a trancar a pauta em 28 de junho.

Reajuste polêmico

Já a MP 568/12 dá reajuste, a partir de 1º de julho, a servidores do Itamaraty, do Insti-

tuto Nacional de Meteorologia (Inmet), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do INSS, entre outros.

A mesma MP, no entanto, provocou uma onda de greve de servidores pelo país, especialmente médicos e professores. De acordo com Ana Amélia (PP-RS), a mudança “prevê a possibilidade de aumentos, mas teria como efeito imediato a redução salarial para certas categorias”. Pelos cálculos da senadora, a redução salarial pode variar de 50% a 70%.

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), convidou para a audiência de amanhã a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Essa medida passa a trancar a pauta do Senado em 12 de julho.

Pimentel: vetos de Dilma dão segurança jurídica



Os vetos de Dilma ao Código Florestal visam dar segurança jurídica a um assunto complexo de um país que pretende se tornar o maior produtor de grãos do planeta e, ao mesmo tempo, garantir a preservação ambiental. A avaliação foi feita sexta-feira por José Pimentel (PT-CE). Ele disse que os vetos respeitam o Senado e a Câmara.

— Dilma vetou matérias que não foram comuns às duas Casas — reiterou.

Pimentel lembrou que o relator da MP do Código Florestal na comissão mista do Congresso será Luiz Henrique (PMDB-SC), que também foi responsável pela relatoria do projeto durante a tramitação no Senado, junto com Jorge Viana (PT-AC).

Para Rollemberg, Rio+20 deve prever metas claras



O documento que será assinado por chefes de Estado e de governo na Rio+20 deve conter metas claras para a promoção do desenvolvimento sustentável, afirmou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Ele lembrou que muitos compromissos assumidos na conferência Rio-92 ainda não foram cumpridos. Por isso, defendeu acordos para redução em pelo menos 10% no consumo de água pela agricultura e que os países dobrem a matriz energética renovável. Rollemberg advertiu que o conceito de desenvolvimento sustentável não pode ser substituído pelo de economia verde, o que representaria uma maior valorização do pressuposto econômico em detrimento do social e do ambiental.

Regularização fundiária na Amazônia é “desafio faraônico”

O desafio da regularização fundiária na Amazônia tem uma dimensão “faraônica” na avaliação do titular da Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Roberto Lopes, que representou o Ministério de Desenvolvimento Agrário em audiência pública que discutiu

o Programa Terra Legal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Entre os entraves do processo, o secretário apontou o alto custo de fazer o georreferenciamento, a falta de competência técnica no mercado e a dificuldade de acesso a algumas regiões.

— A Amazônia tem o seu próprio calendário. Hoje você não vai a algumas regiões porque tem água. Daqui uns dias você não vai porque o igarapé secou — explicou.

Sérgio destacou é necessário também fazer levantamentos das pessoas que já estão documentadas nas terras, mas

cujos títulos adquiridos não possuem validade atualmente.

Ele esclareceu que o Terra Legal já está avançando e que o processo de titulação está sendo simplificado a fim de obter maior rapidez, e ressaltou que esse trabalho só é possível com a integração dos estados e municípios.

O representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Richard Torsiano, explicou que o fluxo de ocupação desregrada da Amazônia aconteceu patrocinado pelo Estado e por conta das próprias pessoas que foram para a nova região em busca de melhores condições de vida. Ele destacou que o primeiro passo necessário para que um estado tenha controle sobre a sua estrutura fundiária é conhecê-la efetivamente.

Márcio Mota Vasconcelos, do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), questionou o rompimento do convênio entre o Incra e o Iterpa, que previa repasse de recursos para pagamento das diárias dos servidores que se deslocavam em trabalho de campo para o Terra Legal.

De acordo com o presidente da CRA, Acir Gugacz (PDT-RO), “de nada adiantará um código florestal moderno e atendendo as necessidades da agricultura se não tivermos as terras regularizadas”.

— Essa situação de insegurança jurídica, além gerar conflitos, foi um dos motivos para o desmatamento ilegal que ocorreu no passado na Amazônia e que corre o risco de continuar se não houver regularização das terras — ressaltou.



Márcio Mota, do Iterpa (E); Acir Gugacz, presidente da CRA; Sérgio Lopes, do MDA; e Richard Torsiano, do Incra

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Código de Defesa do Contribuinte visa equilibrar relação com o fisco

O BRASIL PODE ganhar em breve seu Código de Defesa do Contribuinte, que foi tema de debate realizado na terça-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo o relator do projeto que cria a regulamentação, Armando Monteiro (PTB-PE), o principal objetivo da iniciativa é tornar mais equilibrada a relação entre Receita Federal e pagadores de tributos.

— O Estado tem uma série de prerrogativas em face do cidadão e o cidadão tem poucas prerrogativas em face do Estado — disse o senador, na sexta-feira, em entrevista ao programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado.

Armando destacou três linhas que devem orientar o código: mais clareza nas normas tributárias para descomplicar a vida do contribuinte; acesso mais fácil a informações sobre processos administrativo-tributários por parte de quem quem paga impostos; e regras para compensações tributárias quando o contribuinte é credor do fisco.

Na audiência pública da CCJ, o representante da Receita Federal, lágaro Jung Martins, criticou vários pontos do projeto (PLS 298/11) que cria o código, entre eles o fato de não estabelecer os deveres do contribuinte e proibir meios coercitivos e sanções para a cobrança de tributos.

— A imposição de sanções é absolutamente necessária para que

se garanta a arrecadação espontânea para o país. A arrecadação espontânea é a que garante ao país o equilíbrio fiscal e um colchão para suportar a crise internacional — afirmou Martins, acrescentando que 97% da arrecadação no Brasil é feita por meio de lançamento por homologação (o próprio contribuinte apura, declara e paga o tributo).

Ponto de vista semelhante foi defendido, no debate, pelo secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi. Para ele, o código garante direitos excessivos aos contribuintes sem estabelecer obrigações equivalentes.

Autora do projeto, Kátia Abreu (PSD-TO) condenou a resistência da Receita Federal à flexibilização no modo de lidar com cidadãos e empresas. Para a senadora, a relação é ditatorial.

— Nosso desafio agora é construir uma proposta equilibrada, que contemple exatamente a visão de direitos e garantias e também a visão de obrigações e deveres — disse à Rádio Senado Armando Monteiro, que vai precisar de algumas semanas para concluir seu parecer.

Também participaram do debate na CCJ o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Glauco José Côte, e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Humberto Bergmann, para quem o código coloca o Brasil ao lado dos países desenvolvidos.



Armando Monteiro deve entregar seu parecer em algumas semanas